

O Estado Autocrático e a Criminalização do Movimento Social

Ana Maria da Silva Gomes de Oliveira Lucio de Sousa. Mestre em História Social – PUC/SP Especialista em História – UNICAMP
ann_lucio@yahoo.com.br

As expressões de violência e de repressão inerentes ao capitalismo e ao Estado de direito, são intrínsecas ao seu regime de classes sociais que precisa equilibrar a estratificação social com domínio e poder de minorias sobre maiorias. A sociedade que caracteriza este Estado é a sociedade de classes que necessita institucionalizar ações violentas para a manutenção, o fortalecimento e o equilíbrio da ordem existente e neste sentido, proporcionar a combinação de estabilidade e mudanças sociais. Um equilíbrio necessário para que as transformações, de diferentes ordens, possam conciliar e preservar esta ordem. Esta violência institucionalizada, sob a forma de repressão e opressão, possui variações inúmeras de acordo com as circunstâncias e a forma do Estado. A investigação deste estudo, sobre o processo de agudização das formas de repressão das diversas expressões de luta social e das suas possibilidades de organização e resistência, aborda a forma de poder autocrático do Estado brasileiro a partir da prática realizada por um Conselho de Escola, no período de 1985 a 2000 na cidade de Diadema em São Paulo. Neste sentido, ao abordar a ação autocrática que se expressa pelo processo de criminalização do movimento social organizado, este estudo tem como objetivo contribuir para o debate que analisa tal forma de poder que se expressa nas relações entre o Estado e as demandas sociais. Os Conselhos de Escola se caracterizaram como importante marco para o magistério paulista e o movimento docente organizado, que em 1985, conseguiu a sua aprovação em uma configuração que lhe conferia o caráter deliberativo. Neste contexto o Conselho de Escola da Unidade Escolar General José Artigas, fundada em 1985 no município de Diadema, realizou uma gestão de caráter colegiado que passou a integrar o movimento organizado em defesa da educação pública de qualidade, que contestava o quadro de reformas, de cunho neoliberal, exigidos pela Secretaria de Estado da Educação no período de 1995 a 2000. A ação daquele Conselho motivou uma intervenção direta, por parte da Administração

do Estado, que culminou com a demissão de lideranças e o desmonte do projeto organizado pela escola ao promover processos administrativos onde todas as testemunhas arroladas pela defesa dos acusados, foram indiciadas criminalmente. De forma geral muitos estudos se restringem à relação entre a escola e a política educacional, configuram-se como estudos de caso e como tais não aprofundam a busca e a análise dos nexos mais abrangentes que não só intervêm nesta dinâmica como também a condicionam e mesmo determinam. Consideramos que um objeto de estudo, por mais que se trate de uma particularidade está contido em uma complexidade de fatores intervenientes que necessitam ser objetivados para que possa ser resgatado em sua essencialidade. De fato são as particularidades que dão os nexos à universalidade, que por sua vez, dá o próprio sentido real à singularidade, remontando-a à universalidade. Desta forma privilegiamos uma abordagem que nos possibilitasse resgatar os nexos constitutivos que compuseram tal experiência e neste sentido, por entendemos que qualquer estudo sobre uma particularidade, deve resgatar o conjunto das relações que configuram esta dinâmica enquanto expressão de uma forma específica de poder. Para a compreensão da articulação entre tais esferas e das suas interdeterminações torna-se fundamental levar em conta o seu processo ontogenético, para tanto, situarmos a formação do Estado brasileiro. Como fontes contamos com documentação de diferentes ordens: documentos produzidos pela escola estudada, documentos produzidos pela Diretoria Regional de Ensino do Município de Diadema e Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Buscamos também ter acesso ao acervo de professores que foram penalizados pelo Estado; documentação relacionada à legislação oficial de SEE/SP e a legislação que integra a esfera federal, emitidos pelo Ministério da Educação. Obtivemos também informações através de entrevistas, que se tornaram necessárias diante da falta de documentação, por parte da unidade de ensino pesquisada, referente a um período de aproximadamente 10 anos (1985 a 1995), sobre o qual não existe nenhum registro sobre as atividades do Conselho de Escola. Para tanto procuramos localizar pessoas que haviam participado daquele processo no período citado, que se dispuseram a contribuir com os seus relatos. Todas as entrevistas foram gravadas e realizadas em locais escolhidos pelos entrevistados que aprovaram a sua utilização neste

trabalho assim como a sua identificação. Além dos relatos contamos com o acesso ao acervo pessoal de professores que participaram do processo e reportagens publicadas no período referido, no Diadema Jornal, Diário do Grande ABC, Folha de São Paulo e Estado de São Paulo.